



CARTA DE APRESENTAÇÃO E TERMO DE RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

Belém, 31 de março de 2024.

Ao
Banco Central do Brasil

Assunto: Remessa eletrônica de Demonstrações Financeiras da **FINLEV SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.** CNPJ: 44.564.204/0001-20.

Prezados Senhores,

Em atenção Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, que consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como os procedimentos para elaboração, divulgação e remessa de demonstrações financeiras que devem ser observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), enviamos-lhes as seguintes demonstrações da **data base 12/2023** divulgadas no site <http://www.finlev.com.br/>:

1. Balanço Patrimonial;
2. Demonstração do Resultado;
3. Demonstração do Resultado Abrangente;
4. Demonstração dos Fluxos de Caixa;
5. Demonstração do Valor Adicionado;
6. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
7. Notas Explicativas;
8. Relatório da Administração; e
9. Relatório dos Auditores Independentes.

Em observância ao disposto no § 3º do art. 45 da Resolução BCB nº 2, DECLARAMOS que a Diretoria da FINLEV se responsabiliza pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, além de declarar que elas foram divulgadas ao quadro social.

Atenciosamente,
WIGOR MICHEL DE
OLIVEIRA:949676102
00

Assinado de forma digital por
WIGOR MICHEL DE
OLIVEIRA:94967610200
Dados: 2024.04.17 16:38:37 -03'00'

Wigor Michel de Oliveira
Diretor Presidente

ENOQUE ALVES DE
SOUZA
PINTO:08725520717

Assinado de forma digital por
ENOQUE ALVES DE SOUZA
PINTO:08725520717
Dados: 2024.04.17 12:22:37
-03'00'

Enoque Alves de Souza Pinto
Contador
CRC/ES: 015047-O-3



FINLEV

Demonstrações Contábeis – 2023



BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		R\$ 1.334.408,15	R\$ 1.003.545,97
Caixa e Equivalentes Caixa	1	R\$ 39.291,23	R\$ 389,61
Depósitos Bancários		R\$ 39.291,23	R\$ 389,61
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	2	R\$ 28.234,47	R\$ 989.883,36
Livres		R\$ 28.234,47	R\$ 989.883,36
Operações de Crédito	3	R\$ 1.264.004,28	R\$ 10.736,47
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	3.1	R\$ 1.315.423,49	R\$ 11.627,74
(-) Provisão para Operações de Empréstimos e Direitos Creditórios	3.2	R\$ (51.419,21)	R\$ (891,27)
Outros Créditos	4	R\$ 2.878,17	R\$ 2.536,53
Diversos		R\$ 2.878,17	R\$ 2.536,53
Não Circulante		R\$ 2.074,95	R\$ -
Imobilizado de Uso	5	R\$ 2.074,95	R\$ -
Imobilizado de Uso		R\$ 2.305,47	R\$ -
Móveis e Equipamentos		R\$ 2.305,47	R\$ -
(-) Depreciação Acumulada de Ativo Imobilizado de Uso		R\$ (230,52)	R\$ -
(-) Móveis e Equipamentos		R\$ (230,52)	R\$ -
Total do Ativo		R\$ 1.336.483,10	R\$ 1.003.545,97



BALANÇO PATRIMONIAL

PASSIVO	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	R\$	214.572,65	R\$ 2.387,78
Outras Obrigações	6 R\$	214.572,65	R\$ 2.387,78
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	6.a R\$	2.556,02	R\$ 81,19
Fiscais e Previdenciárias	6.c R\$	47.641,38	R\$ 506,59
Diversas	6.d R\$	164.375,25	R\$ 1.800,00
Patrimônio Líquido	7 R\$	1.121.910,45	R\$ 1.001.158,19
Capital Social	7.a R\$	1.000.000,00	R\$ 1.000.000,00
Capital de Domiciliados no País	R\$	1.000.000,00	R\$ 1.000.000,00
Reservas de Lucros	7.b R\$	121.910,45	R\$ 1.158,19
Reserva Legal	R\$	35.049,18	R\$ 332,98
Reservas Especiais de Lucros	R\$	86.861,27	R\$ 825,21
Total do Passivo	R\$	1.336.483,10	R\$ 1.003.545,97



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	2023			2022		
	Consolidado	2º Semestre	1º Semestre	Consolidado	2º Semestre	1º Semestre
Receitas da Intermediação Financeira	R\$ 286.450,40	R\$ 191.302,45	R\$ 95.147,95	R\$ 102.117,52	R\$ 60.342,21	R\$ 41.775,31
Operações de Crédito	R\$ 243.433,30	R\$ 185.311,49	R\$ 58.121,81	R\$ 803,00	R\$ 803,00	R\$ -
Resultado de Operações Interfinanceiras	R\$ 43.017,10	R\$ 5.990,96	R\$ 37.026,14	R\$ 101.314,52	R\$ 59.539,21	R\$ 41.775,31
Despesas da Intermediação Financeira	R\$ (50.528,85)	R\$ (41.508,46)	R\$ (9.020,39)	R\$ (891,27)	R\$ (891,27)	R\$ -
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	R\$ (50.528,85)	R\$ (41.508,46)	R\$ (9.020,39)	R\$ (891,27)	R\$ (891,27)	R\$ -
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	R\$ 235.921,55	R\$ 149.793,99	R\$ 86.127,56	R\$ 101.226,25	R\$ 59.450,94	R\$ 41.775,31
Outras Receitas / Despesas Operacionais	R\$ (49.986,57)	R\$ 62,29	R\$ (50.048,86)	R\$ (99.409,89)	R\$ (72.110,25)	R\$ (27.299,64)
Receitas de Prestação de Serviços	R\$ 240.038,65	R\$ 158.734,83	R\$ 81.303,82	R\$ 758,62	R\$ 758,62	R\$ -
Despesas de Pessoal	R\$ (40.075,21)	R\$ (29.528,76)	R\$ (10.546,45)	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Outras Despesas Administrativas	R\$ (194.416,06)	R\$ (104.617,95)	R\$ (89.798,11)	R\$ (93.296,07)	R\$ (68.597,06)	R\$ (24.699,01)
Despesas Tributárias	R\$ (49.344,10)	R\$ (18.400,04)	R\$ (30.944,06)	R\$ (6.872,44)	R\$ (4.271,81)	R\$ (2.600,63)
Outras Receitas Operacionais	R\$ 2.631,63	R\$ 2.631,63	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Outras Despesas Operacionais	R\$ (8.821,48)	R\$ (8.757,42)	R\$ (64,06)	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Resultado Operacional	R\$ 185.934,98	R\$ 149.856,28	R\$ 36.078,70	R\$ 1.816,36	R\$ (12.659,31)	R\$ 14.475,67
Resultado não Operacional	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Resultado antes da Provisão de Juros ao Capital	R\$ 185.934,98	R\$ 149.856,28	R\$ 36.078,70	R\$ 1.816,36	R\$ (12.659,31)	R\$ 14.475,67
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	R\$ 185.934,98	R\$ 149.856,28	R\$ 36.078,70	R\$ 1.816,36	R\$ (12.659,31)	R\$ 14.475,67
Imposto de Renda e Contribuição Social	R\$ (65.182,72)	R\$ (54.359,42)	R\$ (10.823,30)	R\$ (658,17)	R\$ 2.826,42	R\$ (3.484,59)
Provisão para Imposto de Renda	R\$ (42.908,31)	R\$ (36.143,75)	R\$ (6.764,56)	R\$ (411,80)	R\$ 1.766,07	R\$ (2.177,87)
Provisão para Contribuição Social	R\$ (22.274,41)	R\$ (18.215,67)	R\$ (4.058,74)	R\$ (246,37)	R\$ 1.060,35	R\$ (1.306,72)
Lucro ou (Prejuízo) Líquido do Semestre / Exercício	R\$ 120.752,26	R\$ 95.496,86	R\$ 25.255,40	R\$ 1.158,19	R\$ (9.832,89)	R\$ 10.991,08
Destinações do Lucro:	R\$ (120.752,26)	R\$ -	R\$ -	R\$ (1.158,19)	R\$ -	R\$ -
Reserva Legal	R\$ (6.037,61)	R\$ -	R\$ -	R\$ (57,91)	R\$ -	R\$ -
Reservas Especiais de Lucros	R\$ (86.036,06)	R\$ -	R\$ -	R\$ (825,21)	R\$ -	R\$ -
Dividendos Obrigatórios	R\$ (28.678,59)	R\$ -	R\$ -	R\$ (275,07)	R\$ -	R\$ -
Lucro ou (Prejuízo) Líquido após as Destinações	R\$ (0,00)	R\$ 95.496,86	R\$ 25.255,40	R\$ 0,00	R\$ (9.832,89)	R\$ 10.991,08
Lucro por Ação	R\$ 0,1208	R\$ 0,0955	R\$ 0,0253	R\$ 0,0012	R\$ (0,0098)	R\$ 0,0110



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Resultado Abrangente	2023			2022		
	Consolidado	2º Semestre	1º Semestre	Consolidado	2º Semestre	1º Semestre
Destinações do Lucro:	R\$ (0,00)	R\$ 95.496,86	R\$ 25.255,40	R\$ 0,00	R\$ (9.832,89)	R\$ 10.991,08
Outros Resultados Abrangentes	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Resultado Abrangente Líquido	R\$ (0,00)	R\$ 95.496,86	R\$ 25.255,40	R\$ 0,00	R\$ (9.832,89)	R\$ 10.991,08



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	2023			2022		
	Consolidado	2º Semestre	1º Semestre	Consolidado	2º Semestre	1º Semestre
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais						
Lucro líquido antes do IR e CSLL	R\$ 185.934,98	R\$ 149.856,28	R\$ 36.078,70	R\$ 1.816,36	R\$ (12.659,31)	R\$ 14.475,67
Ajustes						
Provisão para IRPJ e CSLL	R\$ (65.182,72)	R\$ (54.359,42)	R\$ (10.823,30)	R\$ (658,17)	R\$ 2.826,42	R\$ (3.484,59)
Provisão/Reversão para Operações de Crédito	R\$ 50.527,94	R\$ 41.507,55	R\$ 9.020,39	R\$ 891,27	R\$ 891,27	R\$ -
Depreciações e Amortizações	R\$ 230,52	R\$ 230,52	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Lucro ou (Prejuízo) Após Ajustes no Resultado	R\$ 171.510,72	R\$ 137.234,93	R\$ 34.275,79	R\$ 2.049,46	R\$ (8.941,62)	R\$ 10.991,08
(Aumento)/Diminuição em Ativos Operacionais						
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	R\$ 961.648,89	R\$ 243.396,36	R\$ 718.252,53	R\$ (989.883,36)	R\$ 103.937,79	R\$ (1.093.821,15)
Operações de Crédito	R\$ (1.303.795,75)	R\$ (552.587,41)	R\$ (751.208,34)	R\$ (11.627,74)	R\$ (11.627,74)	R\$ -
Outros Créditos	R\$ (341,64)	R\$ 3.749,19	R\$ (4.090,83)	R\$ (2.536,53)	R\$ (2.536,53)	R\$ -
Aumento/(Diminuição) em Passivos Operacionais						
Outras Obrigações	R\$ 212.184,87	R\$ 197.742,36	R\$ 14.442,51	R\$ 2.387,78	R\$ (80.638,71)	R\$ 83.026,49
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades Operacionais	R\$ 41.207,09	R\$ 29.535,43	R\$ 11.671,66	R\$ (999.610,39)	R\$ 193,19	R\$ (999.803,58)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos						
Aquisição de imobilizado de uso	R\$ (2.305,47)	R\$ -	R\$ (2.305,47)	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento	R\$ (2.305,47)	R\$ -	R\$ (2.305,47)	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Aumento/(Diminuição) de Caixa e Equivalente de Caixa	R\$ 38.901,62	R\$ 29.535,43	R\$ 9.366,19	R\$ (999.610,39)	R\$ 193,19	R\$ (999.803,58)
No Início do Período	R\$ 389,61	R\$ 9.755,80	R\$ 389,61	R\$ 1.000.000,00	R\$ 196,42	R\$ 1.000.000,00
No Fim do Período	R\$ 39.291,23	R\$ 39.291,23	R\$ 9.755,80	R\$ 389,61	R\$ 389,61	R\$ 196,42
Variação Líquida das Disponibilidades	R\$ 38.901,62	R\$ 29.535,43	R\$ 9.366,19	R\$ (999.610,39)	R\$ 193,19	R\$ (999.803,58)



DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	2023			2022		
	Consolidado	2º Semestre	1º Semestre	Consolidado	2º Semestre	1º Semestre
(+) Resultado de Intermediação Financeira	R\$ 235.921,55	R\$ 149.793,99	R\$ 86.127,56	R\$ 101.226,25	R\$ 59.450,94	R\$ 41.775,31
(+) Receitas de Intermediação Financeira	R\$ 286.450,40	R\$ 191.302,45	R\$ 95.147,95	R\$ 102.117,52	R\$ 60.342,21	R\$ 41.775,31
(-) Despesas da Intermediação Financeira	R\$ (50.528,85)	R\$ (41.508,46)	R\$ (9.020,39)	R\$ (891,27)	R\$ (891,27)	R\$ -
(+) Receitas de Prestação de Serviços	R\$ 242.670,28	R\$ 161.366,46	R\$ 81.303,82	R\$ 758,62	R\$ 758,62	R\$ -
(-) Insumos/Serviços Adquiridos de Terceiros	R\$ (203.007,02)	R\$ (113.144,85)	R\$ (89.862,17)	R\$ (93.296,07)	R\$ (68.597,06)	R\$ (24.699,01)
(-) Outras Despesas Administrativas	R\$ (194.185,54)	R\$ (104.387,43)	R\$ (89.798,11)	R\$ (93.296,07)	R\$ (68.597,06)	R\$ (24.699,01)
(-) Outras Despesas Operacionais	R\$ (8.821,48)	R\$ (8.757,42)	R\$ (64,06)	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Valor Adicionado Bruto	R\$ 275.584,81	R\$ 198.015,60	R\$ 77.569,21	R\$ 8.688,80	R\$ (8.387,50)	R\$ 17.076,30
(-) Despesas de Depreciação	R\$ (230,52)	R\$ (230,52)	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Valor Adicionado Líquido	R\$ 275.354,29	R\$ 197.785,08	R\$ 77.569,21	R\$ 8.688,80	R\$ (8.387,50)	R\$ 17.076,30
Pessoal	R\$ (40.075,21)	R\$ (29.528,76)	R\$ (10.546,45)	R\$ -	R\$ -	R\$ -
(-) Pessoal - Benefícios	R\$ (3.158,35)	R\$ (2.494,35)	R\$ (664,00)	R\$ -	R\$ -	R\$ -
(-) Pessoal - Encargos Sociais	R\$ (8.485,63)	R\$ (6.851,19)	R\$ (1.634,44)	R\$ -	R\$ -	R\$ -
(-) Pessoal - Proventos	R\$ (28.192,90)	R\$ (19.944,89)	R\$ (8.248,01)	R\$ -	R\$ -	R\$ -
(-) Despesas de Pessoal - Estagiários	R\$ (238,33)	R\$ (238,33)	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Tributos	R\$ (114.526,82)	R\$ (72.759,46)	R\$ (41.767,36)	R\$ (6.872,44)	R\$ (4.271,81)	R\$ (2.600,63)
(-) Tributos Municipais	R\$ (924,99)	R\$ (174,42)	R\$ (750,57)	R\$ (749,04)	R\$ (161,52)	R\$ (587,52)
(-) Tributos Estaduais	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ (368,90)	R\$ (368,90)	R\$ -
(-) Tributos Federais	R\$ (113.601,83)	R\$ (72.585,04)	R\$ (41.016,79)	R\$ (5.754,50)	R\$ (3.741,39)	R\$ (2.013,11)
Lucros Retidos/Prejuízos do Exercício	R\$ 120.752,26	R\$ 95.496,86	R\$ 25.255,40	R\$ 1.816,36	R\$ (12.659,31)	R\$ 14.475,67
Valor Adicionado Distribuído	R\$ 275.354,29	R\$ 197.785,08	R\$ 77.569,21	R\$ 8.688,80	R\$ (8.387,50)	R\$ 17.076,30



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Reservas de Lucros						Lucros ou Prejuízos Acumuladas	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reservas Especiais de Lucros	Dividendos Obrigatórios				
Saldos em 01/01/2022	R\$ 1.000.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.000.000,00
Aumento de Capital	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Redução de Capital	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Lucros do Semestre	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 10.991,08	R\$ 10.991,08	R\$ 10.991,08
Destinações do Lucro:								
Reserva Legal	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Reservas Especiais de Lucros	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Dividendos Obrigatórios	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Saldos em 30/06/2022	R\$ 1.000.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 10.991,08	R\$ 10.991,08	R\$ 1.010.991,08
Mutação do Exercício	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 10.991,08	R\$ 10.991,08	R\$ 10.991,08
Saldos em 01/07/2022	R\$ 1.000.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 10.991,08	R\$ 10.991,08	R\$ 1.010.991,08
Aumento de Capital	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Redução de Capital	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Lucros do Semestre	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ (9.832,89)	R\$ (9.832,89)	R\$ (9.832,89)
Destinações do Lucro:								
Reserva Legal	R\$ -	R\$ 57,91	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ (57,91)	R\$ -	R\$ -
Reservas Especiais de Lucros	R\$ -	R\$ -	R\$ 825,21	R\$ -	R\$ -	R\$ (825,21)	R\$ -	R\$ -
Dividendos Obrigatórios	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 275,07	R\$ -	R\$ (275,07)	R\$ -	R\$ -
Saldos em 31/12/2022	R\$ 1.000.000,00	R\$ 57,91	R\$ 825,21	R\$ 275,07	R\$ -	R\$ 0,00	R\$ 1.001.158,19	R\$ 1.001.158,19
Mutação do Exercício	R\$ -	R\$ 57,91	R\$ 825,21	R\$ 275,07	R\$ -	R\$ (10.991,08)	R\$ (9.832,89)	R\$ (9.832,89)
Saldos em 01/01/2023	R\$ 1.000.000,00	R\$ 57,91	R\$ 825,21	R\$ 275,07	R\$ -	R\$ 0,00	R\$ 1.001.158,19	R\$ 1.001.158,19
Aumento de Capital	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Redução de Capital	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Lucros do Semestre	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 25.255,40	R\$ 25.255,40	R\$ 25.255,40
Destinações do Lucro:								
Reserva Legal	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Reservas Especiais de Lucros	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Dividendos Obrigatórios	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Saldos em 30/06/2023	R\$ 1.000.000,00	R\$ 57,91	R\$ 825,21	R\$ 275,07	R\$ -	R\$ 25.255,40	R\$ 1.026.413,59	R\$ 1.026.413,59
Mutação do Exercício	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 25.255,40	R\$ 25.255,40	R\$ 25.255,40
Saldos em 01/07/2023	R\$ 1.000.000,00	R\$ 57,91	R\$ 825,21	R\$ 275,07	R\$ -	R\$ 25.255,40	R\$ 1.026.413,59	R\$ 1.026.413,59
Aumento de Capital	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Redução de Capital	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Lucros do Semestre	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 95.496,86	R\$ 95.496,86	R\$ 95.496,86
Destinações do Lucro:								
Reserva Legal	R\$ -	R\$ 6.037,61	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ (6.037,61)	R\$ -	R\$ -
Reservas Especiais de Lucros	R\$ -	R\$ -	R\$ 86.036,06	R\$ -	R\$ -	R\$ (86.036,06)	R\$ -	R\$ -
Dividendos Obrigatórios	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 28.678,59	R\$ -	R\$ (28.678,59)	R\$ -	R\$ -
Saldos em 31/12/2023	R\$ 1.000.000,00	R\$ 6.095,52	R\$ 86.861,27	R\$ 28.953,66	R\$ -	R\$ (0,00)	R\$ 1.121.910,45	R\$ 1.121.910,45
Mutação do Exercício	R\$ -	R\$ 6.037,61	R\$ 86.036,06	R\$ 28.678,59	R\$ -	R\$ (25.255,40)	R\$ 95.496,86	R\$ 95.496,86



CONTEXTO OPERACIONAL

A **FINLEV SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.** – sociedade anônima de capital fechado, autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com base na Resolução CMN nº 5.050 de 25/11/2022, que dispõe sobre a organização e o funcionamento de sociedade de crédito direto.

Objeto Social

A Sociedade tem por objeto social a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como origem capital próprio; análise de crédito, inclusive para terceiros; cobrança de crédito, inclusive para terceiros, e cessão de créditos a fundos de investimento, securitizadoras e demais hipóteses previstas na lei em vigor.

Composição do Quadro Social

A FINLEV é uma sociedade anônima de capital fechado. Na ocasião de aumento do capital social da Companhia, os acionistas terão direito de preferência para subscrever as novas ações, incluindo as “sobras”, na proporção de suas respectivas participações no capital social, observadas as disposições da Lei 6.404/76.

Órgãos Sociais

A companhia exerce sua ação pelos seguintes órgãos sociais:

1. Assembleia Geral;
2. Diretoria;
3. Conselho Fiscal.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, e estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional – CMN e do Banco Central do Brasil – BACEN. Consideram as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às *fintechs* que operam como sociedade de crédito direto (SCD), as normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e os pronunciamentos, orientações e as interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN até o momento, quais sejam:

- Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964 – que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências;
- Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – que dispõe sobre as sociedades por ações;
- Resolução BCB nº 4.818, de 29 de maio de 2020 – que consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
- Resolução CMN nº 5.050, de 25 de novembro de 2022 – que dispõe sobre a organização e o funcionamento de sociedade de crédito direto e de sociedade de empréstimo entre pessoas e disciplina a realização de operações de crédito de empréstimo e de financiamento entre pessoas por meio de plataforma eletrônica;
- CPC 00 (R2) – Pronunciamento Conceitual Básico – Estrutura Conceitual para Elaboração e divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/2012;
- CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/2008;
- CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – homologado pela Resolução CMN nº 4.524/2016;
- CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/2008;
- CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/2016;
- CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/2009;
- CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/2011;
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/2011;
- CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/2011;

- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/2009;
- CPC 27 – Ativo Imobilizado – homologado pela Resolução CMN nº 4.535/2016;
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/2015; e
- CPC 41 – Resultado por Ação -
- CPC 46 – Mensuração do Valor Justo – homologado pela Resolução CMN nº 4.748/2019.

PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do Resultado

As receitas e as despesas são reconhecidas e apropriadas de acordo com o regime de competência.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais operações e avaliações significativamente impactadas por estimativas são: provisão para créditos de liquidação duvidosa, vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para contingências, provisão para passivos cíveis e tributários, valor justo dos instrumentos financeiros, impostos diferidos, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

De acordo com as normas vigentes do CMN, compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Operações de crédito

As operações de crédito apresentam seus saldos atualizados e expressos pelo valor principal acrescido dos rendimentos e encargos decorridos até a data do balanço

patrimonial. As rendas de operações ativas são apropriadas de forma “pro rata” dia. As operações prefixadas são registradas pelo valor de resgate reduzido pelos encargos a apropriar.

A classificação das operações de crédito observa os parâmetros estabelecidos pela Resolução BCB nº 2682, de 22 de dezembro de 1999 – que dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. A resolução determina que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB devem classificar as operações de crédito, em ordem crescente de risco, sendo nível AA o risco mínimo e o nível H o risco máximo e considera períodos de atrasos definidos para atribuições dos níveis de classificação dos clientes. Segundo o art. 9º da referida norma, é vedado o reconhecimento no resultado do período de receitas e encargos de qualquer natureza relativos a operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, no pagamento de parcela de principal ou encargos. Assim, as rendas de operações de crédito vencidas a mais de 60 dias são reconhecidas como receitas quando do seu efetivo recebimento.

f) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

g) Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

h) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

i) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

j) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

k) Provisões

São reconhecidas quando a companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

l) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

m) Imposto de renda e contribuição social

Foi constituída obrigação fiscal para pagamento do Imposto de Renda à alíquota-base de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal, mais o adicional de 10%, para o lucro ajustado acima de R\$ 240 (duzentos e quarenta mil reais) anual. A Contribuição Social foi calculada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação, à alíquota de 20%.

n) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

o) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro 2023** não existiam indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

p) Resultados recorrentes e não recorrentes

A classificação em recorrente e não recorrente é apresentada de forma segregada e obedece à Resolução BCB nº 2/2020. Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades da Financeira ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele resultante de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro. A avaliação para resultado não recorrente é realizada a cada semestre e em caso de ter algum evento será destacado em nota explicativa.

q) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- ✓ Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- ✓ Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 1 – CAIXA E EQUIVALENTES CAIXA (DISPONIBILIDADES)

Caixa e equivalentes de caixa estão representados pelas rubricas dos Depósitos Bancários à Vista em contas correntes de Bancos Comerciais.

CAIXA E EQUIVALENTES CAIXA	12/2023	12/2022
Banco do Brasil	39.291,23	389,61
Total	39.291,23	389,61

NOTA 2 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O montante de **R\$ 28.234,47 (vinte e oito mil duzentos e trinta e quatro reais e quarenta e sete centavos)** corresponde às aplicações efetuadas em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), mantidos no Banco do Brasil.

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	12/2023	12/2022
Cotas de Fundo de Investimento	28.234,47	989.883,36
Total	28.234,47	989.883,36

NOTA 3 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito estão demonstradas contabilmente pelos seus níveis de vencimento, tipo de cliente e ramo de atividade, de acordo com a Resolução BACEN nº 2.682/99, pelos valores abaixo.

As operações de crédito estão demonstradas contabilmente por nível de risco, vencimento, ramo de atividade e sua provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme segue:

a) Composição da carteira por tipo de operação:

Nível/Percentual de Risco/Situação	Saldo das Operações em 31/12/2023	Provisões em 31/12/2023	Saldo das Operações em 31/12/2022	Provisões em 31/12/2022
Empréstimos	762.836,08	(9.911,66)	11.627,74	(891,27)
Financiamentos/Cartões	-	-	-	-
Saldo Bruto das Operações de Crédito	762.836,08	(9.911,66)	11.627,74	(891,27)
Provisões Conf. Central de Risco de Crédito	(9.911,66)	-	(891,27)	-
Total Líquido das Operações de Crédito	752.924,42	-	10.736,47	-

NOTA 3.1 – EMPRÉSTIMOS E DIREITOS CREDITÓRIOS DESCONTADOS

a) Classificação da Carteira por nível de risco de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999:

Nível/Percentual de Risco/Situação			Saldo das Operações em 31/12/2023	Provisões em 31/12/2023	Saldo das Operações em 31/12/2022	Provisões em 31/12/2022
AA	0%	Operações em Curso Normal	-	-	-	-
A	0,50%	Operações em Curso Normal	1.549,18	(7,74)	-	-
A	0,50%	Operações Vencidas	-	-	-	-
B	1%	Operações em Curso Normal	152.452,10	(1.524,65)	-	-
B	1%	Operações Vencidas	-	-	-	-
C	3%	Operações em Curso Normal	1.023.781,42	(30.713,44)	3.879,09	(116,37)
C	3%	Operações Vencidas	1.735,64	(52,43)	-	-
D	10%	Operações em Curso Normal	124.725,91	(12.472,59)	7.748,65	(774,87)
D	10%	Operações Vencidas	1.279,34	(128,11)	-	-
E	30%	Operações em Curso Normal	674,79	(202,44)	-	-
E	30%	Operações Vencidas	1.525,02	(457,51)	-	-
F	50%	Operações em Curso Normal	-	-	-	-
F	50%	Operações Vencidas	2.320,35	(1.160,19)	-	-
G	70%	Operações em Curso Normal	-	-	-	-
G	70%	Operações Vencidas	2.265,45	(1.585,82)	-	-
H	100%	Operações em Curso Normal	-	-	-	-
H	100%	Operações Vencidas	3.114,29	(3.114,29)	-	-
Total Normal			1.303.183,40	(44.920,86)	11.627,74	(891,24)
Total Vencidas			12.240,09	(6.498,34)	-	-
Total Geral			1.315.423,49	(51.419,20)	11.627,74	(891,24)
Provisões			(51.419,20)	-	(891,24)	-
Total Líquido			1.264.004,29	-	10.736,50	-

b) Composição da Carteira por faixa de Vencimento.

Faixa de Vencimento	Saldo Devedor em 30/06/2023	Percentual da Carteira	Saldo Devedor em 31/12/2022	Percentual da Carteira
A vencer de 0 a 30 dias	315.540,94	23,99%	1.326,99	11,41%
A vencer de 31 a 60 dias	309.497,77	23,53%	2.021,70	17,39%
A vencer de 61 a 90 dias	277.432,39	21,09%	2.558,96	22,01%
A vencer de 91 a 180 dias	378.878,93	28,80%	4.964,26	42,69%
A vencer de 181 a 360 dias	20.692,72	1,57%	755,83	6,50%
Total das Operações a Vencer	1.302.042,75	98,98%	11.627,74	100,00%
Vencido de 01 a 14 dias	1.140,65	0,09%	-	0,00%
Vencido de 15 a 30 dias	-	0,00%	-	0,00%
Vencido de 31 a 60 dias	2.764,79	0,21%	-	0,00%
Vencido de 61 a 90 dias	2.209,63	0,17%	-	0,00%
Vencido de 91 a 120 dias	1.602,66	0,12%	-	0,00%
Vencido de 121 a 150 dias	2.571,58	0,20%	-	0,00%
Vencido de 151 a 180 dias	1.478,05	0,11%	-	0,00%
Vencido de 181 a 240 dias	1.055,15	0,08%	-	0,00%
Vencido de 241 a 300 dias	558,23	0,04%	-	0,00%
Total das Operações Vencidas	13.380,74	1,02%	-	0,00%
Total da Operações em Carteira	1.315.423,49	100,00%	11.627,74	100,00%

c) Concentração dos Principais Devedores:

Total Normal	Posição em 31/12/2023	% da Carteira Total	Posição em 31/12/2022	% da Carteira Total
Carteira Total	1.315.423,49	100,00%	11.627,74	100,00%
Maior Devedor	11.258,98	0,86%	2.216,63	19,06%
20 Maiores Devedores	66.318,24	5,04%	11.627,72	100,00%
50 Maiores Devedores	125.729,56	9,56%	11.627,72	100,00%

NOTA 3.2 – PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

A provisão constituída para perdas esperadas associadas ao risco de crédito apresentou a seguinte movimentação no exercício:

	12/2023	12/2022
Saldo em 01 de janeiro	(891,27)	0,00
Provisão constituída no exercício	(69.319,74)	(998,67)
Provisão revertida no exercício	18.791,80	107,40
Saldo final	(51.419,21)	(891,27)

NOTA 5 – OUTROS CRÉDITOS

Compreende os créditos a compensar de tributos recolhidos antecipadamente por estimativa mensal.

Diversos	12/2023	12/2022
IRPJ – Antecipação Mensal (a)	1.791,44	1.791,44
CSLL – Antecipação Mensal (b)	745,09	745,09
Outros Impostos e Contribuições a Compensar (c)	341,64	0,00
Total Diversos	2.878,17	2.536,53

a) IRPJ – Antecipação Mensal

O saldo de **R\$ 1.791,44 (mil setecentos e noventa e um reais e quarenta e quatro centavos)** corresponde ao valor o IRPJ pago antecipadamente no curso do exercício.

b) CSLL – Antecipação Mensal

O saldo de **R\$ 745,09 (setecentos e quarenta e cinco reais e nove centavos)** corresponde ao valor corresponde ao valor o CSLL pago antecipadamente no curso do exercício.

c) Outros Impostos e Contribuições a Compensar

O saldo de **R\$ 341,64 (trezentos e quarenta e um reais e sessenta e quatro centavos)** representa as retenções do IRRF que compõe a base do IRPJ no curso do exercício.

NOTA 5 – IMOBILIZADO

Os bens do imobilizado são demonstrados ao custo de aquisição, líquido de perdas por *impairment*, se aplicável. O custo é deduzido das depreciações calculadas pelo método linear, com base na expectativa de vida útil estimada dos bens por espécie, avaliados pela Administração como adequados e dentro de premissas de mercado. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

	31/12/2023	Aquisição	31/12/2022
Custo de Aquisição			
Móveis e Equipamentos	2.305,47	2.305,47	0,00
	2.305,47	2.305,47	0,00
Depreciação Acumulada			
(-) Móveis e Equipamentos	(230,52)	-	0,00
	(230,52)	-	0,00
	2.074,95	-	0,00

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. As taxas aplicadas anualmente são:

	Taxa de depreciação
Móveis e Equipamentos	10%

NOTA 6 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

Representadas pelo saldo de **R\$ 214.572,65 (duzentos e quatorze mil quinhentos e setenta e dois reais e sessenta e cinco centavos)** compõem-se de:

	12/2023	12/2022
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (a)	2.556,02	81,19
Fiscais e Previdenciárias (b)	47.641,38	506,59
Diversas (c)	164.375,25	1.800,00
Total – Outras Obrigações (a+b+c)	214.572,65	2.387,78

a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

O saldo de **R\$ 2.556,02 (dois mil quinhentos e cinquenta e seis reais e dois centavos)** corresponde ao valor do Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF) retido decorrente da contratação de operações de crédito e que será objeto de recolhimento à Receita Federal do Brasil, conforme determina o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF.

b) Fiscais e Previdenciárias

O saldo de **R\$ 47.641,38 (quarenta e sete mil seiscentos e quarenta e um reais e trinta e oito centavos)** representa as obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações sendo representado da seguinte forma:

	12/2023	12/2022
Provisão Impostos s/ Lucro (i)	42.740,61	0,00
Impostos e Contribuições a Recolher (ii)	4.900,77	506,59
Total – Fiscais e Previdenciárias (i + ii)	47.641,38	506,59

(i) O saldo de **R\$ 42.740,61 (quarenta e dois mil setecentos e quarenta reais e sessenta e um centavos)** corresponde aos saldos dos tributos sobre o lucro (IRPJ e CSLL).

(ii) O saldo de **R\$ 4.900,77 (quatro mil e novecentos reais e setenta e sete centavos)** está representado da seguinte forma:

	12/2023	12/2022
IRRF e CSRF Sobre Serviços de Terceiros	61,50	0,00
Impostos e Contribuições Sobre Salários	1.538,72	0,00
PIS/COFINS Sobre Receitas	3.300,55	506,59
Total – Fiscais e Previdenciárias (i + ii)	4.900,77	506,59

c) Diversas

O saldo de **R\$ 164.375,25 (cento e sessenta e quatro mil trezentos e setenta e cinco reais e vinte e cinco centavos)** está representado da seguinte forma:

	12/2023	12/2022
Pagamentos a Efetuar (i)	15.394,04	0,00
Credores Diversos – País (ii)	148.981,21	1.800,00
Total – Diversas (i+ii+iii)	164.375,25	1.800,00

- (i) O saldo de **R\$ 15.394,04 (quinze mil trezentos e noventa e quatro reais e quatro centavos)** representa: o saldo a pagar a com obrigações trabalhistas (férias) e os respectivos encargos sociais (INSS e FGTS); e o saldo a pagar decorrente de despesas administrativas com processamento de dados, assessoria jurídica, serviços contábeis e serviços de auditoria a serem pagos no exercício de 2024.

	12/2023	12/2022
Despesas com Pessoal	3.618,69	0,00
Processamento de Dados	5.886,85	0,00
Assessoria Jurídica	1.950,00	0,00
Serviços Contábeis	3.000,00	0,00
Serviços de Auditoria	938,50	0,00
Total – Pagamentos a Efetuar (i+ii+iii)	15.394,04	0,00

- (ii) O saldo de **R\$ 148.981,21 (cento e quarenta e oito mil novecentos e oitenta e um reais e vinte e um centavos)** representa:

	12/2023	12/2022
Crédito de Terceiros (i)	183,69	0,00
Alliance Securitizadora de Ativos S/A (ii)	148.797,52	0,00
Conta Transitória – Operações de Crédito (iii)	0,00	1.800,00
Total –Credores Diversos (i+ii+iii)	148.981,21	0,00

NOTA 7 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido da FINLEV é composto por Capital Social, Reservas de Lucros e Lucros ou Prejuízos Acumulados. Sendo assim representado:

	12/2023	12/2022
Capital Social (a)	1.000.000,00	1.000.000,00
Reservas de Lucros (b)	121.910,45	1.158,19
Lucros ou Prejuízos Acumulados (c)	0,00	0,00
Total PL (a+b+c)	1.121.910,45	1.001.158,19

- a) O capital social subscrito e integralizado é de **R\$ 1.000.000 (um milhão de reais)** e pertencente a acionistas domiciliados no País. Ele é representado por 1.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal totalmente integralizadas.
- b) O saldo de **R\$ 121.910,45 (cento e vinte um mil novecentos e dez reais e quarenta e cinco centavos)** é constituído por:

	12/2023	12/2022
Fundo de Reserva Legal (i)	6.095,52	57,91
Dividendos Obrigatórios (ii)	28.953,66	275,07
Outras Reservas (iii)	86.861,27	825,21
Total PL (i+ii+iii)	121.910,45	1.158,19

NOTA 8 - PARTES RELACIONADAS

No âmbito da FINLEV, parte relacionada é a pessoa ou a entidade que está relacionada com a Entidade.

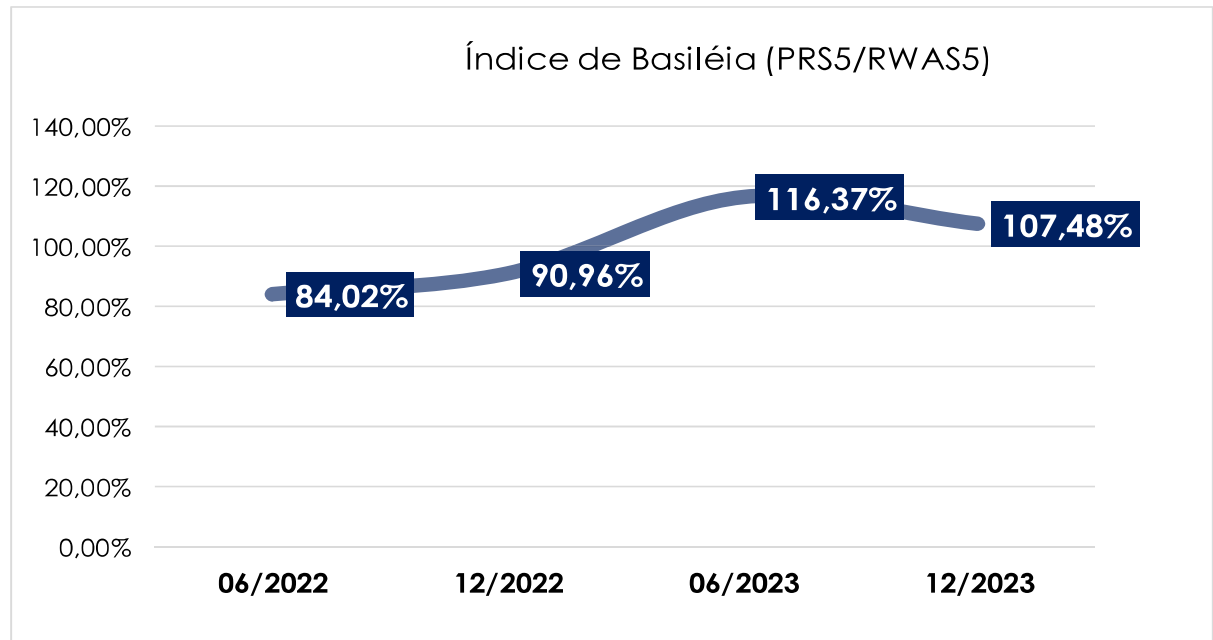
A Resolução CFC 1.297/10, define que a divulgação sobre partes relacionadas estabelece que o objetivo da Norma é assegurar que as demonstrações contábeis da entidade contenham as divulgações necessárias para chamar a atenção dos usuários para a possibilidade de o balanço patrimonial e a demonstração do resultado da entidade estarem afetados pela existência de partes relacionadas e por transações e saldos, incluindo compromissos, com referidas partes relacionadas.

No que diz respeito às demonstrações contábeis da FINLEV e a necessidade de divulgação nas mesmas de transações com partes relacionadas, assim como a existência de saldos com outras entidades de grupo econômico, não ocorreram eventos que atendessem os requisitos da Resolução CFC 1.297/10 que aprovou a Aprova a NBC TG 05 (R3) – Divulgação sobre Partes Relacionadas.

NOTA 9 – ÍNDICE DE BASILEIA

Representa a razão entre o Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5) e os Ativos Ponderados pelo Risco calculados na forma simplificada (RWAS5), conforme Resolução CMN nº 4.606, de 19 de outubro de 2017, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

DESCRIÇÃO	06/2022	12/2022	06/2023	12/2023
Patrimônio de Referência (PR _{SS})	R\$ 1.010.991,08	R\$ 1.001.158,19	R\$ 1.026.413,59	R\$ 1.121.910,45
Ativos Ponderados pelo Risco na Forma Simplificada (RWAS ₅)	R\$ 1.203.246,47	R\$ 1.100.605,18	R\$ 881.993,68	R\$ 1.043.806,67
Parcela relativa ao Risco de Crédito (RWA _{RCSimp})	R\$ 1.093.860,43	R\$ 1.000.550,16	R\$ 847.208,14	R\$ 989.049,05
Parcela relativa ao Risco Operacional (RWA _{ROSimp})	R\$ 109.386,04	R\$ 100.055,02	R\$ 34.785,54	R\$ 54.757,62
PR _{SS} Mínimo Requerido para RWAS ₅	R\$ 204.551,90	R\$ 187.102,88	R\$ 149.938,93	R\$ 177.447,13
Margem em relação ao PR _{SS}	R\$ 806.439,18	R\$ 814.055,31	R\$ 876.474,66	R\$ 944.463,32
Índice de Basileia (PR_{SS}/RWAS₅)	84,02%	90,96%	116,37%	107,48%



Belém, 31 de dezembro de 2023.

Atenciosamente,

WIGOR MICHEL DE
OLIVEIRA:9496761
0200

Assinado de forma digital
por WIGOR MICHEL DE
OLIVEIRA:94967610200
Dados: 2024.04.17
16:39:47 -03'00'

Wigor Michel de Oliveira
Diretor Presidente

ENOQUE ALVES DE
SOUZA
PINTO:08725520717

Assinado de forma digital
por ENOQUE ALVES DE
SOUZA PINTO:08725520717
Dados: 2024.04.17 12:22:57
-03'00'

Enoque Alves de Souza Pinto
Contador
CRC/ES: 015047-O-3



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Finlev Sociedade de Crédito Direto S.A., seguindo as normativas do Banco Central do Brasil ("BACEN"), tem a satisfação de apresentar o relatório administrativo referente ao segundo semestre do ano de 2023, compreendendo o período de 01 de julho a 31 de dezembro de 2023, acompanhado das demonstrações contábeis e do parecer do auditor independente.

Durante o segundo semestre de 2023, a FINLEV SCD consolidou um pouco mais sua presença no mercado financeiro digital, ampliando significativamente a sua base de clientes e aumentando a carteira de empréstimos consignados, mantendo o compromisso de operar exclusivamente por meio de plataforma eletrônica e com capital próprio.

A autorização concedida em 01 de setembro de 2021 pelo BACEN foi um marco para a FINLEV SCD, e desde então, temos ampliado nossa atuação com solidez e compliance. O semestre anterior foi dedicado ao aperfeiçoamento de nossa plataforma. Neste semestre, colhemos os frutos desse desenvolvimento, observando um aumento expressivo no volume de transações, refletindo a eficácia e a segurança das melhorias implementadas.

Investimos fortemente em capital humano, com o recrutamento de talentos que se alinham à cultura de inovação da FINLEV SCD e ao compromisso com a excelência no atendimento ao cliente. Além disso, houve um aumento significativo nos investimentos em tecnologia da informação, visando a otimização dos processos internos e a segurança das operações.

Os resultados financeiros do período refletem o crescimento sustentável e lucrativo da companhia, com aumento da rentabilidade e fortalecimento do patrimônio líquido. A FINLEV SCD permanece alinhada aos mais rigorosos padrões do BACEN e às normativas pertinentes às Sociedades Anônimas, assegurando total transparência na divulgação de seus resultados. Prosseguimos com o compromisso de aprimorar continuamente nossas operações e de contribuir para o desenvolvimento do sistema financeiro nacional, atendendo com excelência as demandas de nossos clientes e parceiros.

Belém, 31 de dezembro de 2023



Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e acionistas da
FINLEV Sociedade de Crédito Direto S.A.
Av Almirante Barroso, 700, Sala 404, Marco – Belém/PA
CEP 66.093-031

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras FINLEV Sociedade de Crédito Direto S.A., doravante denominada “Companhia”, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FINLEV Sociedade de Crédito Direto S.A., o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Apresentação dos valores correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022

Os valores correspondentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins comparativos nas demonstrações financeiras da Cooperativa, foram por nós auditados, cujo relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras emitido em 07 de março de 2023 não continha modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Vitória (ES), 27 de março de 2024.

D'AGOSTINI CONSULTORIA E AUDITORIA S/S
CRC-ES 002282/O

Ilderaldo Luiz A. de Moraes
Contador
CRC-ES 009503/O-0